

AS MULHERES E A IGREJA NA IDADE MÉDIA: misoginia, demonização e caça às bruxas

WOMEN AND THE CHURCH IN THE MIDDLE AGES: misogyny, demonization and witch hunt

Daniel Luciano Gevehr¹

Vera Lucia de Souza²

RESUMO: Essa pesquisa está centrada na análise da figura da mulher e sua representação pela Igreja que, durante a Idade Média, especialmente no século XV, na Europa, fortaleceu o discurso misógino por meio de manuais persecutórios que atestavam a ação do demônio no mundo, através dos seus agentes – o bruxo ou a bruxa, estando a mulher sensivelmente mais atraída pelo Diabo que o homem. A mulher foi estigmatizada na Idade Média por ser considerada inferior física e intelectualmente, sendo vista como um ser maligno e responsável pelas desgraças do homem. O objetivo principal nesse artigo é discutir como se deu a satanização da mulher, que serviu de base para a misoginia da cultura ocidental.

Palavras-chave: Gênero. Idade Média. Igreja. Demonização.

ABSTRACT: This research focuses on the analysis of the figure of women and their representation by the Church which, during the Middle Ages, especially in the fifteenth century in Europe, strengthened the misogynist discourse through persecutory manuals attesting the action of the devil in the world, through its agents - the wizard or witch, the woman being significantly more attracted to the devil than the man. The woman was stigmatized in the Middle Ages because she was considered inferior physically and intellectually, being seen as an evil and responsible for the woes of man. The main objective of this paper is to discuss how the demonization of women occurred, which was the basis for the misogyny of Western culture.

Key words: Gender. Middle Age. Church. Demonization.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Revisitar o passado, buscando nele algumas respostas para o presente, é um dos propósitos ao qual se propõem os historiadores. Desvendar o passado, procurando nele as fontes que nos permitem questionar formas de *ver, sentir e representar o mundo*, é, sem dúvida, um exercício constante que nos faz reelaborar as formas de interpretação das coisas que nos cercam. Nesse contexto, a história de gênero aparece como uma dessas possibilidades de (re)visitar o passado, encontrando nele pos-

síveis respostas para *determinadas visões* produzidas sobre as mulheres.

Por muitos séculos, a mulher permaneceu sem vez na *história escrita pelos homens*. Em qualquer assunto relacionado aos feitos da humanidade, elas eram excluídas. Acreditava-se que era no espaço público, o mundo dos homens, que se desenrolavam os grandes acontecimentos. Assim, foi somente na segunda metade do século XX que surgiu o interesse pela história das mulheres, enquanto problema de pesquisa.

¹ Doutor em História e professor no Instituto Superior de Educação Ivoiti (ISEI) e nas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: danielgevehr@hotmail.com – Currículo Lattes: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4756490D9>.

² Graduada em História pelas Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: veradib@bol.com.br.

Historicamente, a *construção mental negativa* sobre a figura da mulher é muito antiga. No entanto, no período medieval, ela teve características muito peculiares, quando a dureza da vida material foi unida com as maquinações ideológicas da Igreja Católica para fazer surgir um ser feminino duvidoso e maligno. Possivelmente, a realidade concreta, mais o estímulo recebido, tenham sido determinantes do comportamento irracional da coletividade quanto à personificação da mulher como um mal sinistro e enganador.

O cristianismo – através da Igreja Romana – disseminou um antifeminismo agressivo, especialmente a partir do século XV. Como a cultura estava nas mãos de clérigos celibatários, que procuravam sem cessar afirmar sua precedência na relação com o sagrado através das práticas de controle do corpo, mostraram-se, então, evidentes a exaltação da virgindade e da castidade e o combate à tentação, com a renúncia sexual.

A inferioridade da mulher no cristianismo foi justificada especialmente pelas *Epístolas de São Paulo* e pelo relato do *Gênesis*, com a criação do *mito de Eva* e a expulsão do paraíso. O *Gênesis* mostra que Deus teria criado Eva a partir de Adão, o que justificava, para a Igreja, a submissão da mulher ao homem, e, tendo sido criada a partir de um osso curvo da costela de Adão, o espírito da mulher revelava esse desvio, sendo traiçoeiro desde a sua origem. Eva, com seu desejo abrasador de conhecimento do *Bem e do Mal*, ao consentir ser seduzida pelo Diabo, leva Adão consigo, tornando-se responsável pela perdição moral do homem. Dessa forma, a mulher, além de ser um ente negativo, representava uma tentação incessante, devendo os homens evitá-la, para continuar com seu espírito intacto, livre do pecado e da danação eterna.

Os autores medievais – e de forma especial os doutores da Igreja – tiveram papel fundamental na construção da liturgia satânica, que descrevia a figura da bruxa demoníaca, uma figura necessária em um tempo de calamidades inexplicáveis e de íntima vivência com o sobrenatural. Eram procuradas justificativas para os castigos divinos na forma de pestes e calamidades, bem como a coação das populações para se legitimar e manter a ordem estabelecida.

2 O CONTEXTO CULTURAL DA EUROPA NA IDADE MÉDIA

No decorrer da história, a mulher foi sujeitada a reproduzir os discursos que apontavam o seu lugar no mundo. Os sermões, principalmente religiosos, baseados na figura patriarcal e também fundamentados na

biologia (gestação e amamentação), estabeleceram que aos seres do sexo feminino cabia cuidar da prole e alimentá-la. Aos homens foi atribuído um papel mais relevante, como prover o sustento e, por consequência, ter o comando e a autoridade na sociedade conjugal.

Pode-se compreender o desenvolvimento da sociedade humana através da análise das relações de poder entre homens e mulheres nos diferentes contextos históricos, tanto nas comunidades simples quanto nas sociedades mais complexas, com Estado ou em grupos patriarcais. As bases materiais que ao longo da história foram geradas ocasionaram modos de produção e tipos de relações sociais, políticas e jurídicas na sociedade determinantes da concepção de homem e das relações culturais e de poder que se instituíram no grupo social. Os padrões de cultura se definem e se dispõem da mesma forma que os papéis sociais que os membros da sociedade irão desempenhar.

No mundo ocidental, a partir da família monogâmica, somente o homem poderia ser infiel, ou repudiar a esposa, e esse costume só aumentou à medida que se processa o desenvolvimento social. A monogamia pretendia assegurar os direitos do homem sobre a propriedade (a mulher inclusive) e, para isso, passou a exigir fidelidade dessa, com a finalidade de assegurar a paternidade dos filhos. Nas cidades gregas, a mulher era considerada apenas uma reprodutora, enquanto o homem era considerado provedor da família e administrador político da sociedade. Ao homem cabia o título de cidadão, pois era proprietário e tinha vida política ativa; já a mulher restava procriar, cuidar bem dos filhos e da casa e ser considerada propriedade do homem, uma vez que era sustentada por ele. Também na lei romana, o *pater familias* tinha o respaldo de leis, que, além de orientarem o seu relacionamento com outras sociedades, afirmavam o seu domínio sobre as mulheres, as crianças, os escravos, a propriedade e os animais.

A sociedade ocidental, baseada nas crenças judaicas, copiou – em certa medida – os valores mais tradicionais relativos às mulheres. Serviram como referência para a formação desse ideário o Antigo e Novo Testamento da Bíblia cristã e também as influências gregas, que ficaram nitidamente mescladas. Desse modo, os judeus ensinaram a existência de um Deus Criador, que, apesar de espírito, era associado à figura masculina. O povo hebreu tinha uma sociedade patriarcal, e essa associação justificava-se, conseqüentemente, pela sua organização social.

Também na história judaica da criação do homem e da mulher, quando Deus resolveu criar Eva a partir de

Adão, ficou evidente o contexto patriarcal da narrativa, pois ela (a fêmea) foi criada depois dele, a partir de sua costela, o que reiterou a dependência da mulher para com o homem. No mito do pecado original, mais uma vez a mulher foi considerada a culpada pelo pecado e sofrimento da humanidade.

A mulher, através do pecado original, tornou-se responsável pelas dores e a morte do gênero humano. Com isso, passou, então, a simbolizar a tentação, o pecado e o mal. A imagem de Eva na Bíblia, como uma mulher que seduz, construiu uma representação extremamente negativa para o sexo feminino através da tradição judaico-cristã. Acreditava-se que, como Eva, todas as mulheres eram seres não confiáveis e com moral inferior. A menstruação, a gravidez e o parto doloroso eram castigos justos para a culpa do maldito sexo feminino. Em Eclesiástico (25:19,24) lê-se: “Nenhuma maldade está mais próxima do que a maldade da mulher” e “O pecado começa com a mulher e, graças a ela, todos nós devemos morrer”. Também Santo Agostinho alertava, em seus escritos, que todos deveriam se precaver contra a “Eva Pecadora” existente em cada mulher.

Esse olhar teológico-machista se conservou por toda a Idade Média e, mesmo com a chegada do Renascimento, no contexto das descobertas científicas, na sociedade, continuavam arraigados os preconceitos medievais cristãos. O mundo e o universo ainda continuaram por muito tempo sendo interpretados a partir de Deus e da Bíblia. No Medievo, a figura feminina foi muito discriminada pelo homem e por algumas instituições como a Igreja. Na época, a identidade do pecado original, principalmente na história do cristianismo, pesou para a mulher até o século XVIII, conferindo-lhe um grau de inferioridade.

Vale ressaltar que a visão que se tinha da mulher no período da Idade Média era predominantemente negativa. Sua origem, muito antiga, foi moldada de acordo com a interpretação teológica dos homens da Igreja, que situava a humanidade em uma batalha universal, na qual o Diabo usava a mulher para espalhar sua obra de perdição. Por isso e por heranças multiculturais, a mulher foi vinculada às artes mágicas e aos cultos pagãos demoníacos. Consequentemente, na sociedade, ela teve, geralmente, um papel de segunda ordem, subordinada ao homem, reprimida e em silêncio. De acordo com Perrot (2005, p. 9):

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na

sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem mesmo penetrar na hora das orações. Silêncio nas assembleias políticas povoadas de homens que as tomam de assalto com sua eloquência masculina. Silêncio no espaço público onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito e uma atitude barulhenta demais como a da “vida fácil”. Silêncio até na vida privada [...].

O enfoque sobre as mulheres, estabelecendo um caráter de importância para elas, dotando-as de significado histórico, tema desta pesquisa, manifesta o rompimento com as definições tradicionais da história e, conseqüentemente, com uma *ideologia masculinista*. Para Burke (1992, p. 77): “A maior parte da história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir as mulheres como objetos de estudo, sujeitos da história”.

A narrativa histórica tradicional prefere privilegiar cenas em que a mulher não se encontra, tais como a política e a guerra, ficando ela praticamente sem espaço. E, segundo Perrot (2005, p. 33), há algo mais grave porque:

Esta ausência no nível da narrativa é acompanhada por uma carência de traços no domínio das fontes nas quais o historiador se alimenta, devido ao déficit de registro primário. No século 19, por exemplo, os escrivães da história – administradores, policiais, juizes ou padres, contadores da ordem pública – tomam nota de muito pouco do que tem o traço das mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. Se o fazem, quando observam a presença feminina em uma manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais conhecidos: mulheres vociferantes, megeras a partir do momento em que abrem a boca, histéricas, assim que começam a gesticular.

O desenvolvimento de um estudo sobre a *história das mulheres* conta com muitas reflexões que dão o suporte à disciplina: o destaque à família e suas relações no âmbito das sociedades e, por extensão, o papel feminino dentro dela, proposto pela antropologia histórica do século XIX; os trabalhos a respeito do cotidiano e das mentalidades produzidos pela *Escola dos Annales*; as análises sobre os marginalizados pelo poder, as minorias e os oprimidos, exigidas com o movimento de Maio de 1968 e também o movimento feminista, estimulador das investigações sobre o feminino nas universidades, que terminaram se voltando às discussões sobre gênero.

O conceito *gênero* torna-se fundamental na análise deste estudo, pois será trabalhada a mulher e sua representação pela Igreja em um período em que ela, mais do que nunca, foi colocada em segundo plano, como *agente do mal e fonte de pecado*. Em uma sociedade cons-

truída a partir de simbolizações que instituíam a ordem social, o homem sempre foi visto com um poder superior e a mulher servindo apenas à reprodução. A Idade Média cristã situou a diferença dos sexos na zona central de sua reflexão antropológica e fez da categoria do feminino um instrumento conceitual, de certa maneira válido para tudo. Não se compreende a ordem sem hierarquia, em que o feminino terá uma imagem negativa em relação ao masculino.

A literatura medieval deleitou-se em detalhar o rol das características femininas mais do que o das masculinas. Isso porque, desde o início, a mulher foi depreendida por suas imperfeições em relação à natureza humana. Os clérigos que viviam o celibato nos claustros, renunciando aos sentidos e ao mundo, retiveram dessa lista a negatividade das mulheres para alimentarem as suas visões misóginas da feminilidade. Segundo Le Goff e Schmitt (2002, p. 145): “Os defeitos do feminino foram reunidos em torno de algumas noções-chave: o corpo e seu ornamento, a palavra e seus abusos, a virgindade e as milhares de maneiras de violar o estado perfeito”.

As mulheres como uma ameaça e uma negação da continência foram mostradas como armadilhas demoníacas, e a percepção do feminino, que foi obstinadamente construída pela Igreja e interiorizada nas estruturas sociais do Medieval, serviu da mesma maneira para a construção da imagem da bruxa. Para Kramer e Sprenger (1984), buscar as recompensas demoníacas atraía, especialmente, a mulher; por isso, a obra desses autores se empenhou em resgatar o processo de construção da imagem do *agente do maligno*, através do jugo masculino e da elaboração de novos estereótipos que justificassem os infortúnios que se abatiam então sobre os homens.

Sendo considerada verdade a conexão entre o Diabo e as bruxas para a execução do mal, os autores procuraram suas origens no sexo entre humanos e especialmente entre mulheres e demônios, do qual se originou uma raça enfraquecida e ofensiva às leis de Deus. Segundo Kramer e Sprenger (1984, p. 322), “embora não pareça que os homens forniquem assim diabolicamente com o mesmo grau de culpabilidade; porque sendo intelectualmente mais fortes que as mulheres, são mais capazes de abominar tais atos”.

Com instrumentos de forte apelo moral aos fiéis e aos que precisavam ser convertidos, o campo religioso deu tipologias dos desviantes e de seus pecados, ameaçadores da ordem, como se encontra no *Malleus Maleficarum*.

3 OS DISCURSOS DA IGREJA E A CAÇA ÀS BRUXAS

Na Idade Média, as mulheres foram pouco – ou quase nada – contempladas pela historiografia, o que lhes deu pouca visibilidade nos estudos sobre o período, visto que os possuidores do monopólio da escrita dessa época, homens, padres e moralistas, construíram uma única imagem do elemento feminino, eliminando, assim, a multiplicidade da história. Querer conhecer as mulheres no período medieval, através dos escritos sobre elas, é algo muito difícil, pois a sua visibilidade é ínfima e apenas como coadjuvantes na história dos homens. Os textos, que raramente falam sobre o mundo feminino, estão contaminados pela *repugnância* dos religiosos por elas.

Nessa época eram os escolásticos que possuíam o monopólio da escrita. Tudo o que se sabe sobre as mulheres dessa época saiu das mãos dos religiosos, que tinham quase nenhum conhecimento ou contato com elas. Os escritos nos quais transparece o mundo feminino possuem uma forte carga de *misoginia*, ou aversão clerical. A grande maioria dos textos medievais que falam sobre as mulheres traz a figura da mulher no singular como se apenas uma imagem contivesse em si todas as possibilidades de vida das mulheres, sem muita distinção de tempo e lugar ou posição social.

O cristianismo construiu uma relação entre *o feminino, o sexo e o mal*. A mulher foi vista como uma figura perigosa e diabólica, mais propensa à lascívia e aos arroubos sexuais, sendo, também, portadora do mal e da morte. Os discursos médicos também demonstravam, insistentemente, as diferenças existentes nos corpos das mulheres e dos homens, que se situavam em todos os aspectos físicos, fazendo preponderar a ideia de uma diferença biológica entre os dois sexos. Consequentemente, esse também foi um elemento acrescido na consolidação da ideia da diferença de essência entre o feminino e o masculino, justificando a inserção social diferente: os homens atuando na esfera pública e as mulheres no espaço privado.

Aos olhos dos homens da Igreja medieval, a preocupação excessiva com a aparência e com os prazeres físicos era imperfeição moral grave. Os escritores cristãos restringiam ao máximo a propagação de ideias que tendessem a valorizar os atributos físicos e a aparência. Del Priore (2011, p. 29) aponta que, de acordo com os sermões, “[...] modificar a aparência ou melhorá-la com artificios implicava aumentar essa inclinação pecaminosa”. Essa restrição se apoiava na concepção de mundo

dos religiosos, baseada na diferença entre matéria e espírito, carne e alma, terreno e celeste. O corpo, a carne, o perecível era o negativo dessas oposições, e a alma era o elemento celestial, perene e eterno. Já Delumeau (1989, p. 312) argumenta que “A repulsa em relação ao ‘segundo sexo’ era reforçada pelo espetáculo da decrepitude de um ser mais próximo da matéria que o homem e portanto mais rápida e visivelmente ‘perecível’ do que aquele pretende encarnar o espírito.”

A Igreja Católica, que lutava também pela consolidação de valores como a castidade dentro do seu corpo sacerdotal, através de reprimendas, gerou em seus membros uma reação agressiva, que resultou em uma maior perseguição ao sexo feminino. As mulheres, que já eram consideradas perigosas e inferiores, tornaram-se ameaçadoras à continência e uma armadilha demoníaca.

E, assim, através da junção do pensamento eclesiástico e da imaginação popular, foi criada uma doutrina angustiante que chega ao topo no século XV com a demonologia. Através desse conjunto de obras, redigidas pela Igreja, pretendia-se provar a presença do Diabo na terra, bem como a sua maldade por meio das bruxas, relacionando diretamente o mal à mulher.

Nas civilizações tradicionais, sempre se acreditou que a mulher possuía o poder de profetizar, de curar e, também, de fazer o mal através de receitas misteriosas. O homem, no entanto, para se valorizar, autodefinia-se como um ser totalmente racional, enquanto que o elemento feminino era mais obscuro e inconsciente. A mulher inquietava o homem, pois, inconscientemente, ele a imaginava como julgadora do seu desempenho sexual e também a julgava insaciável no seu sexo. De acordo com Delumeau (1989, p. 313), “[...] ele imagina Eva como um oceano no qual seu frágil navio flutua com precariedade, como um sorvedouro que o aspira, um lago profundo, um poço sem fundo”.

No duelo sexual, ele jamais era o vencedor, pois a mulher lhe era nefasta, impedindo-o de ser ele mesmo, de encontrar o caminho do bem. Portanto, o melhor seria resistir à sedução desse ser dotado de maldade e fugir. Não importava se esposa ou amante, ela acabaria por encarcerar o homem. Considerado um prazer fatal, malévolo e traiçoeiro, o sexo feminino foi acusado pelo homem de ter estabelecido na humanidade o pecado, o infortúnio e a morte. Ele a culpou por toda a sua dor e por ter perdido o paraíso terrestre.

A desigualdade entre os sexos proliferou no contexto cultural no qual o cristianismo se difundiu. Tiveram aí grande relevância as estruturas patriarcais dos

judeus e dos greco-romanos e também uma longa tradição intelectual que era desapegada das coisas terrestres e tinha desprezo pelo trabalho manual e a carne. A tradição misógina que foi herdada considerava a mulher um ser fraco, inferior ao homem e indigno de exercer sua cidadania. Os sermões foram elaborados com base na doutrina filosófica de Aristóteles e acrescidos de uma ojeriza ao sexo, experimentado por homens que deveriam ser castos e viver no celibato.

Toda a literatura cristã denunciou os artifícios e a astúcia feminina, servindo-se dos mais poderosos e ilustres formadores de opinião, cujo doutrinário sobre o sexo feminino foi fundamental para a constituição de um juízo totalmente negativo sobre a mulher. Ao exaltar a pureza feminina, os teólogos teorizavam a misoginia fundamental de uma cultura que o corpo da Igreja, instintivamente, adotou. Tomás de Aquino, por exemplo, qualifica a mulher como um *macho incompleto*, que tentou, por meio do sistema aristotélico, em uma atitude considerada científica, tirar o caráter sagrado das proibições referentes ao sangue menstrual. Para ele, este era o resíduo do sangue da digestão e também servia para formar o corpo do feto.

Muitos autores eclesiásticos e canonistas, no decorrer da Idade Média, não se convenceram com essa explicação e se debateram de modo ferrenho para afirmar o caráter impuro do sangue menstrual. Para eles, esse sangue era tomado de malefícios, que matava a vegetação, impedindo a germinação das plantas, carcomia o ferro e deixava os cães raivosos. A recomendação era de que não se permitisse deixar a mulher que estivesse menstruada comungar, entrar na Igreja e muito menos participar dos ritos e tocar os vasos sagrados. Os representantes da Igreja, que, no Medievo, possuíam a cultura em suas mãos, não economizaram em aumentar as queixas misóginas herdadas das tradições. Movidos pelo medo que sentiam das mulheres, eles foram incansáveis na tarefa de exaltar a virgindade e lançar acusações contra os atrativos enganadores e demoníacos daquelas que, para eles, eram *tentadoras e sedutoras*, ligadas ao pecado.

Para alguns pregadores, as mulheres eram consideradas um *Diabo doméstico*, merecendo, por isso, sofrerem surras eventuais quando se mostrassem dominadoras. No entanto, o tema predileto dos sermões era a alegação de que essas criaturas significavam um atrativo irresistível aos homens para condená-los ao inferno. Eles referiam ser o sexo feminino indecente na maneira de se vestir, objetivando atrair os homens para o pecado mortal. Também as consideravam *vaidosas, levianas e mentirosas* diante dos tribunais.

O teólogo franciscano espanhol Alvaro Pelayo, que viveu entre os anos 1275 e 1352, redigiu um catálogo que amalgamava acusações teológicas, medo da mulher, o autoritarismo das sociedades patriarcais e também o orgulho do clérigo macho. Nessa obra, o autor expressava que a mulher transformava “o bem em mal”, “acasalava-se com animais”, colocava-se sobre o homem do ato sexual (vício que teria provocado o dilúvio). Umbras desposavam um parente próximo ou seu padrinho, outras eram concubinas de padres ou de leigos. Algumas não respeitavam o resguardo do parto e o período das regras para terem relações sexuais. Eram “adivinhas ímpias” e lançavam mau-olhado. Impediam a procriação ingerindo ervas e composições mágicas. Sufocavam, por falta de precaução, os filhos pequenos deitados (com elas) em sua cama ou matavam-nos em um acesso de delírio (DELUMEAU, 1989).

Para a Igreja Católica, o padre estava constantemente ameaçado pelo perigo, sendo o seu grande inimigo a mulher. Isso justificava a reedição de manuais de confessores durante muitos séculos, em todas as dioceses do catolicismo. Muitas precauções eram recomendadas com as penitentes, tais como não recebê-las com os rostos pintados, usando ornamentos ou roupas de rendas. Era descrito que se exigisse das mulheres a cobertura do rosto com um véu não transparente no santo tribunal.

Era entre os demonólogos leigos e inquisidores que estava a opinião mais pessimista sobre a feminilidade. Para eles, esse sexo era mais inclinado a se *deixar manipular pelo demônio*, o que justificava os tribunais julgarem dez mulheres feitiçeras para cada homem acusado desse delito. As mulheres, *naturalmente viscosas e úmidas*, davam livre curso a uma imaginação de que o Diabo logo se apoderava. Kramer e Sprenger (1984, p. 117) acrescentam que “[...] a mulher perversa é, por natureza, mais propensa a hesitar na sua fé e, conseqüentemente, mais propensa a abjurá-la – fenômeno que conforma a raiz da bruxaria”.

Jean Bodin, jurista francês do século XVI, não acreditava na suposta fragilidade das mulheres. Para o teórico, elas tinham *sete defeitos essenciais* que as levavam para a feitiçaria: *sua credulidade, sua curiosidade, seu natural mais impressionável que o do homem, sua maldade mais acentuada, sua disposição em vingar-se, seu desespero fácil e sua tagarelice*. Também a literatura lembrou insistentemente, durante os séculos XIII a XV, os defeitos femininos e desdenhou o casamento. A grande maioria dos seus autores caracterizava o sexo feminino como volúvel, briguento, ávido, luxurioso, cúpido, hipócrita, supersticioso, indiscreto e cruel.

Na Alemanha, as pessoas que sabiam ler, uma pequena minoria, tinham ao seu dispor uma literatura antifeminista, maliciosa e até obscena. Na França ou em qualquer outra parte, não era diferente, bastava examinar as coletâneas de provérbios que se multiplicaram na Renascença. Essas, compostas pela classe eclesiástica, surgiram da triagem realizada nas máximas dos gregos e dos romanos, alguns livros do Antigo Testamento e também dos ditados cotidianos, com total liberdade para enunciá-los e aumentar-lhes a malignidade e o fel. Delumeau (1989, p. 343) exemplifica: “Mulheres são anjos na igreja, diabos em casa e macacos na cama”; “Tudo que o instruído labora, louca mulher devora”; “A toda hora, cão mija e mulher chora”; “Não suportes por nada que tua mulher ponha o pé sobre o teu. Pois amanhã o ignóbil animal desejaria pô-lo sobre tua cabeça” e “A quem Deus quer ajudar morre-lhe a mulher”.

As imagens na Idade Média tinham por objetivo ensinar a história cristã aos iletrados, substituindo o texto escrito. Tudo o que causava nojo, desprezo ou medo era associado ao Diabo.

4 OS MANUAIS (QUASE DIDÁTICOS) DE COMBATE À BRUXARIA

Em um período em que tanto se temeu o final dos tempos, o Diabo e os seus seguidores, o medo da mulher, ou o *segundo sexo* adquirem uma grandeza jamais atingida e é preciso de todas as formas ser reprimida. Como era vedada às mulheres a participação nos ritos oficiais da Igreja, muitas optaram em tomar parte dos movimentos heréticos, em que elas não eram discriminadas e faziam parte do ministério e da pregação. As heresias, que coexistiram durante toda a Idade Média, também serviam como forma de fugir dos casamentos de conveniência, uma prática comum daquela sociedade.

O medo tomou conta da sociedade medieval, que passou a ver o Diabo como um inimigo não derrotado, um ser que pouco a pouco penetrava no cotidiano das pessoas, malevolente e agressivo, capaz de fazer as maiores crueldades para o seu deleite. Ele agia através dos seus agentes, que, segundo os “representantes de Deus”, eram preferencialmente as mulheres, *consideradas fracas perante as tentações demoníacas*. Nesse sentido Nogueira (2002, p. 12) relata que

A construção pela elite dirigente de uma mitologia satânica ao longo do Cristianismo implicou um monumental esforço de reconhecimento do *Inimigo*, de suas formas e possibilidades de atuação, em paralelo à pia tarefa de identificação de seus agentes, ou seja, daqueles que, embora inseridos no re-

banho de fiéis, secretamente tramavam para a sua perdição.

O *grande inimigo* estava presente no imaginário por toda parte, seduzindo e pervertendo a todos que se mostrassem fracos, entrando na mente das pessoas e tomando posse da alma dos moribundos. Um número incontável de demônios estava à espreita de tudo e de todos, explorando cada fraqueza ou desejo. A Igreja os perseguia incansavelmente, de todas as maneiras e em todos os lugares.

Para os eclesiásticos, as criaturas do sexo feminino não conheciam comedimento, ou eram extremamente virtuosas ou *perdidas nas profundezas da depravação*. Nas passagens da Bíblia e também nos escritos dos santos e sábios, os autores afirmavam encontrar vestígios sobre o elevado grau de perversidade atingido pelas mulheres e também referências a mulheres de boa índole, que salvaram homens e até mesmo nações. Durante toda a Idade Média, o discurso religioso encenou uma guerra entre o vício e a virtude.

Nessa conjuntura, essencialmente teológica, a “maldição de Eva”, mais do que nunca, acompanhou a mulher, como tradução da perseguição inexorável ao seu corpo, ocasionada pelo perigo que simbolizava. Além dessa ameaça, o sexo feminino de longa data amedrontava a alma dos homens, pois a mulher conhecia muitos segredos da natureza, tais como o preparo de chás e remédios e também venenos, poções e filtros que enfeitiçavam, curavam e também matavam; por isso, possuía o poder da vida e o poder da morte.

Apesar de a bruxaria ser proibida e ter penas escritas em vários códigos de leis no período medieval, foi somente no século XV que a *caça às bruxas* se tornou veemente, quando a Igreja Católica conseguiu incutir na mentalidade coletiva o seu modelo. Esse sortilégio, a partir daí, adquiriu uma importância muito maior e deixou de ser visto apenas como uma maneira de fazer mal aos outros, passando a ser considerado uma grande perversão sexual, moral e religiosa. Toda a sociedade, juntamente com as autoridades estatal e religiosa, passou a perseguir e desejar o banimento das crenças não cristãs e superstições. Com o pânico popular instalado, foram perseguidos todos os possíveis hereges. Instalou-se um clima de ódio, especialmente contra as mulheres, que, ao que julgavam os clérigos, eram as principais perturbadoras da ordem estabelecida, renegando a Deus para adorar ao Diabo.

O papa Inocêncio VIII, em 5 de outubro de 1484, publicou uma bula chamada de *Summis desiderantes affectibus*, que aumentava o poder de dois inquisidores que

estavam encontrando problemas ou má vontade por parte das autoridades locais na Germânia superior. Até aquele momento, a Inquisição estava a perseguir principalmente os valdenses. Com o surgimento da bruxaria, esses representantes de Deus receberam a incumbência especial de reprimir os desafidores das leis da Igreja.

O papa relatou aos inquisidores que, em algumas regiões da Germânia superior, muitas pessoas de ambos os sexos, não preocupadas em alcançar a salvação divina e afastadas da fé católica, se *rendiam aos demônios incubos e súcubos*. Esses hereges, por meio de sortilégios, feitiços e excessos mágicos, prejudicavam a prole das mulheres e também dos animais, a colheita e também as vinhas.

E dois anos depois, em Estrasburgo, foi impresso o livro que se tornou o maior sucesso da literatura demonológica, *O Martelo das Feiticeiras – Malleus Maleficarum*. Segundo Sallmann (2002, p. 32): “Esse manual era destinado aos inquisidores, mas diferia dos outros que o precederam pelo fato de ser consagrado exclusivamente à perseguição do delito da bruxaria”. Era um documento que representava um compêndio de caça às bruxas e dava permissão para a atuação contra o aumento da heresia de bruxaria e de todas as práticas que iam contra os dogmas doutrinários da Igreja Católica. Ele foi usado em toda a Europa Ocidental, não só nos países católicos, mas também nos que tiveram a Reforma e adotaram o protestantismo, tanto por juízes eclesiásticos como por seculares. A obra estabelecia um elo entre a heresia e a feitiçaria e entre a feitiçaria e a sua agente predileta: *a mulher*.

Em uma época em que a Igreja e o Estado dividiam o poder, a referida obra utilizou o poder temporal e religioso, usando a linguagem da Igreja. O clero forneceu a ideologia, e o poder civil determinou as armas da repressão; e, assim, o *Malleus* se tornou o principal catecismo para a condenação das mulheres denunciadas por bruxaria. As mulheres, que já eram consideradas inferiores perante a Lei, representaram uma proporção muito maior entre os acusados e condenados, durante o surto da caça às bruxas.

Nesse manual, que orientava a perseguição aos *hereges*, os autores esclareceram que havia *três tipos de bruxas*: aquelas que lesavam, mas não podiam curar; aquelas que curavam, mas que, por meio de um estranho pacto com o demônio, não podiam lesar; e aquelas que tanto lesavam quanto curavam. Também argumentavam que, no catolicismo, a mulher era o que havia de pior.

Em uma sociedade em que ninguém questionava a adesão à religião cristã, o bruxo ou a bruxa eram seres

desprezíveis aos olhos da Igreja, uma vez que, além de hereges, ao trair a religião de Deus pela do Diabo, eram também considerados apóstatas. Conheciam os ensinamentos da Igreja e, conscientemente, cometiam esse crime imperdoável. Baseado nisso, o tribunal não podia ser brando e condescendente, reintroduzindo-os no seio da Igreja. Sem piedade, eles eram merecedores da morte. Sobre as mulheres, evidentemente, recaíam os castigos mais “exemplares” e “pedagógicos”.

Algumas narrações diziam que, quando a bruxa era velha e estéril, o demônio copulava com ela sem a injeção de sêmen, pela total inutilidade da operação. No entanto, se a bruxa fosse jovem e fértil, o demônio usava o sêmen extraído de algum homem para engravidá-la e, assim, contaminar a prole. Mesmo que a bruxa possuísse marido e engravidasse, Satã com seus poderes poderia, na mistura do sêmen, contaminar a concepção. As bruxas eram vistas deitadas de costas nos campos e bosques, com parte do corpo desnuda, agitando as pernas e as coxas, tornando evidente a cópula com um incubo.

Era recomendado aos padres que, no momento da comunhão, tomassem cuidado para que as mulheres recebessem a hóstia sagrada com a boca bem aberta e a língua estendida para fora, com lenços bem afastados do rosto. Com essas precauções se evitava que as bruxas, ao comungar, colocassem a hóstia sagrada embaixo da língua, visando a não neutralizar o seu repúdio à fé e também a facilitar a retirada do corpo do Senhor da boca para usar em algum ato de blasfêmia.

As acusações de bruxaria, na maioria das vezes, não eram feitas por acaso. Frequentemente, as acusadas conheciam as propriedades curativas das plantas e desempenhavam algum tipo de atividade na comunidade rural onde residiam. Possuidoras dessa *sabedoria oral da medicina empírica*, as mulheres, sobretudo as mais velhas e mais pobres, além de saber os segredos da cura, também eram suspeitas de conhecer as receitas para enfeitiçar.

Qualquer suspeita de bruxaria merecia uma averiguação. Um simples espalhafato servia para colocar em ação o aparelho judiciário e todo o seu medonho arsenal, procedendo à investigação e também à perseguição da pessoa suspeita. Qualquer acontecimento que possuísse um caráter imprevisível era atribuído a um sortilégio. Possuir o hábito de ir frequentemente à igreja, baixar os olhos quando fosse falado sobre bruxaria ou ser possuidor de uma cruz com um dos braços quebrados já era suficiente motivo para desconfiança das autoridades. As bruxas que denunciasses outras, mesmo sob tortura, recebiam *crédito nas suas acusações*.

Depois da denúncia feita, às vezes anônima, era o juiz quem decidia se devia ou não investigar. O acusador era protegido pelo segredo e ao acusado cabia provar que não era culpado, mesmo que o juiz de antemão já estivesse convencido de sua culpa e só precisasse da sua confissão para condená-lo. No isolamento do mundo exterior, o acusado não sabia quem era o denunciante, nem os elementos da acusação. Sob tortura, invariavelmente, o acusado confessava os crimes que lhe eram atribuídos, como nas imagens apresentadas a seguir:

O clima de desconfiança em relação ao sexo feminino tinha também preferências profissionais, e certos ofícios tipicamente femininos culminavam na lista de denúncias. As curandeiras, figuras vitais para uma sociedade em que a medicina era ainda principiante e inalcançável para a maioria, tornavam-se hereges e suspeitas de um momento para o outro. As parteiras eram ainda mais visadas e consideradas perigosas. Em uma época em que a taxa de mortalidade infantil era altíssima, frequentemente eram acusadas de matar os recém-nascidos para usar seus corpos em rituais, ou de batizá-los em nome do *Diabo*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa realizada, foi possível compreender que, no período analisado, a mulher foi *submetida à vontade do homem*. Isso se dá devido às características de uma sociedade com o domínio masculino, que não vacilou em restringir e controlar as práticas femininas. O recorte temporal escolhido – a Idade Média – mostra a existência de um forte *desprezo pela mulher*, ocasionado por acontecimentos que abalaram a estrutura da sociedade nesse período em que a Igreja Católica conseguiu fazer uma associação da figura do elemento feminino à do Diabo. Dessa forma, imputou-se à mulher a responsabilidade por todas as desgraças e calamidades sofridas pela humanidade, já que era a filha de Eva, aquela que incitou o homem ao pecado e, assim, *traiu a confiança de Deus*.

Verifica-se que, no decorrer da História, o cristianismo instituiu uma ligação entre o *feminino, o sexo e o mal*. Somente no século XVIII os filósofos, médicos e moralistas tentaram mudar a concepção da mulher como uma figura maligna, propensa aos excessos sexuais, que trazia consigo a maldade e a morte.

Sabe-se que a desigualdade de gênero é uma criação muito anterior ao cristianismo; no entanto, essa religião teve papel determinante na cultura ocidental. A *moral cristã* perpetuou um discurso social e cultural ba-

seado em modelos do feminino historicamente elaborados e culturalmente consolidados. A Igreja, usando o discurso histórico factual, desenvolveu uma argumentação teológica que deu suporte a esse processo.

Os papéis sociais de gênero foram determinados por uma moral edificada na definição do corpo feminino, de acordo com a ótica da Igreja Católica. Isso fez surgir, nos discursos da História Medieval, a *figura de Eva, a pecadora, vista como a grande vilã da humanidade; a Virgem-Maria, a santa, a pura, um exemplo a ser copiado; e Maria Madalena, a pecadora arrependida*. Dessa forma, a representação da mulher transmitia práticas e virtudes quanto à pureza, sujeição, maneira de proceder e obediência aos princípios fundamentais da Igreja.

A herança cultural da Igreja Católica, mesmo no século atual, ainda reproduz essa coletânea de ideias sobre a *inferioridade da mulher* e a sua *subordinação ao homem*. Continua sendo proibido o sacerdócio feminino, e, na área dos direitos sexuais e reprodutivos, os padres ainda se consideram no direito de interferir no ato sexual, proibindo o uso de métodos anticoncepcionais, como o preservativo. Embora vivamos em outra época, que não mais a distante Idade Média, certas *representações* difundidas sobre as mulheres nessa época ainda respaldam determinadas *práticas* em relação às mulheres: a violência doméstica, a subordinação e sua difícil inserção em alguns segmentos da vida pública ainda são vestígios que nos fazem lembrar cotidianamente dos *lugares* do chamado *segundo sexo*.

REFERÊNCIAS

- BÍBLIA SAGRADA. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 1981.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DUBY, Georges. *Ano 1000, ano 2000: na pista dos nossos medos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- FOUCALT, Michel. *A ordem do discurso*. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1984.
- LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente medieval*. São Paulo: EDUSC, 2002.
- _____. *O Deus da Idade Média: conversas com Jean-Luc Pouthier*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- MUCHEMBLED, Robert. *Uma história do diabo: séculos XII-XX*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2001.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. *O diabo no imaginário cristão*. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: EDUSC, 2005.
- SALLMANN, Jean-Michel. *As bruxas: noivas de satã*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.